

“Europa de A a Z” Lançamento na Universidade de Lisboa

O Presidente da República presidiu ao lançamento do novo Dicionário de termos europeus que conta com mais de 2.000 entradas. A sessão teve lugar no Salão Nobre da Universidade de Lisboa e contou, entre muitas outras personalidades, com a presença do Presidente do PSD, Dr. Rui Rio.



Pg. 03

EDITORIAL

FACEBOOK

A **protecção dos dados pessoais** é um **direito fundamental** dos cidadãos europeus. Que está protegido pela Constituição portuguesa e pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

A Cambridge Analytica, com a cumplicidade do facebook, **acedeu ilegalmente a dados privados** de quase 3 milhões de cidadãos europeus. Dos quais, cerca de 63.000 portugueses.

Estes dados foram utilizados para fazer **propaganda em favor do Brexit**, colocando em causa o sistema democrático e o Estado de Direito.

O Facebook tem de esclarecer: Quem viu os seus dados violados? Como vão ser informados os utilizadores? Vão ser compensados? Que medidas vão tomar para proteger a nossa privacidade?

E **a Comissão Europeia tem de agir** relativamente ao facebook e relativamente a todas as redes sociais que operam na Europa.

Protecção de dados não é apenas um slogan bonito. Tem de ser uma causa constante e um compromisso de Estados e empresas no mundo interligado em que vivemos.

Sofia Ribeiro Quer justiça na Reforma da PAC

Pg. 09

José Manuel Fernandes Relator do Fundo de Solidariedade para os incêndios em Portugal


Pg. 07

BREXIT Carlos Coelho defende que se garantam os direitos dos cidadãos

Pg. 10

Listas transnacionais: Rangel derrota socialistas no Parlamento Europeu

Depois de uma longa e dura campanha a alertar para os perigos da aprovação das listas transnacionais, **Paulo Rangel** ficou satisfeito com o resultado obtido na sessão plenária em Estrasburgo. Paulo Rangel liderou um grupo de pequenos e médios países que, no final de vários meses de trabalho, convenceram o PPE a votar contra as listas transnacionais.

"A rejeição política das listas transnacionais por uma maioria clara é uma grande vitória da Europa e dos europeístas! O Parlamento Europeu deu um grande sinal de maturidade democrática. As listas transnacionais seriam sempre um instrumento artificial, distante dos cidadãos, centralizador e elitista. Quem quer mais e melhor Europa, em que se mantenha o equilíbrio entre Estados grandes e Estados pequenos e médios. Também aqui lutei e lutámos muito para que as listas transnacionais fossem Rejeitadas!" sublinhou o deputado. 



Sofia Ribeiro exige políticas europeias que defendam a classe média

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu no Parlamento em Estrasburgo, a necessidade de existirem políticas focadas na classe média europeia como forma de combater as desigualdades socioeconómicas, no âmbito do debate sobre as consequências das crescentes desigualdades europeias.

Sofia Ribeiro defendeu que para que se *"possa garantir o crescimento económico e combater as desigualdades"*, é necessário existirem *"políticas europeias proporcionadas e diferenciadas que se traduzam numa verdadeira alavanca social"*, implicando *"uma maior atenção à classe média"*.


Durante o debate, Sofia Ribeiro criticou



uma posição que classificou de *"miserabilista"* e que não contempla a classe média. *"A classe média tem ordenados baixos, muito próximos do ordenado mínimo, mas paga impostos, paga contribuições, não tem os mesmos apoios no acesso à educação dos seus filhos, não tem os mesmos apoios na segurança social, não tem os mesmos apoios no acesso à saúde"*, realçou.

"É uma classe que em termos líquidos está a ganhar muito abaixo dos mínimos e nós não podemos ter um discurso miserabilista que esqueça a classe média", referiu.

Recorde-se que a Eurodeputada Sofia Ribeiro tem vindo a defender durante o seu mandato que a classe média é a espinha dorsal do crescimento económico sustentado e da estabilidade política e que deve existir uma progressão genérica de todas as classes, sendo que essa progressão não pode existir em detrimento da extinção da classe média.

"A Europa que eu defendo, é uma Europa de igualdade de oportunidades, não é exclusiva de uma ou outra classe", realçou Sofia Ribeiro. 



© Presidência da República Portuguesa



© Presidência da República Portuguesa



© Presidência da República Portuguesa



© Presidência da República Portuguesa

Marcelo Rebelo de Sousa preside ao lançamento do “Europa de A a Z”

O “Europa de A a Z”, a terceira edição do Dicionário de Termos Europeus, foi apresentado publicamente no dia 26 de Fevereiro de 2018, numa cerimónia que decorreu no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa e que foi encerrada pelo **Presidente da República Portuguesa.**

A obra, coordenada por **Carlos Coelho**, reúne cerca de 2.000 termos, da autoria de mais de 70 autores. O equilíbrio geracional, de género e de formação foi destacado por todos os oradores da tarde. Além de Carlos Coelho, também **Paulo Rangel** (Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e um dos autores) e **Zita Seabra** (Editora) intervieram, numa sessão presidida pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Carlos Coelho focou a sua intervenção na oportunidade da produção de materiais pedagógicos e formativos sobre a Europa, na apresentação do conteúdo da obra e na actualidade europeia. Após a sessão de encerramento, declarou que *“como disse no meu discurso, não há verdadeira participação sem informação. Vivemos um tempo em que a Europa nunca foi tão discutida em Portugal e este «Europa de A a Z» pretende, antes de tudo mais, capacitar os cidadãos portugueses para uma intervenção cívica mais activa e mais informada. A verdade é que há um «europês», uma língua que frequentemente parece hermética ou apenas estranha e que este Dicionário procura traduzir para português corrente”*.

O Presidente da República Portuguesa, no discurso, destacou que os autores desta terceira edição do Dicionário de Termos Europeus, tiveram *“a inteligência com que entenderam que não se pode gostar daquilo que não se conhece e menos ainda ser-se militante de uma causa que nos é estranha”*, sublinhando ainda que *“esta obra pretende lutar contra a maré da indiferença, do alheamento e do silêncio”*.

Nesta cerimónia foi ainda apresentado o **Euroogle** (www.euroogle.com), a plataforma digital (site e aplicação móvel) que contém todos os termos da edição escrita e que permite a qualquer utilizador sugerir edições, actualizações e aditamentos ao Dicionário.


Fernando Ruas saúda aprovação do Relatório sobre as Regiões menos desenvolvidas da UE

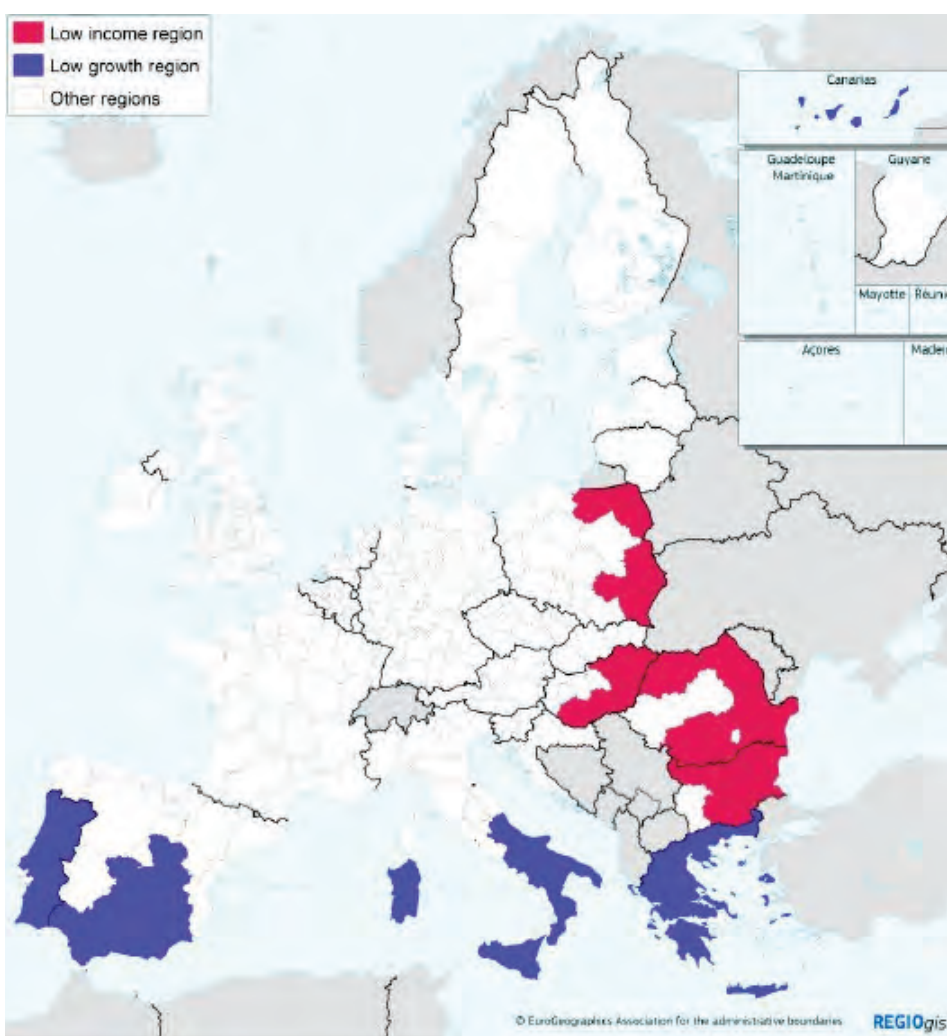
O Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 13 de Março, em Estrasburgo, o Relatório sobre as Regiões menos desenvolvidas da UE, do qual **Fernando Ruas** foi o relator pelo Partido Popular Europeu.

Na intervenção que efectuou em Plenário, Fernando Ruas teve oportunidade de salientar a posição do Parlamento Europeu relativamente a estas Regiões, subdivididas pela Comissão Europeia em “*regiões com menos crescimento*” ou “*com menos rendimentos*” da UE, bem como a importância que a política de coesão assume enquanto pilar fundamental da União.

Fernando Ruas referiu que 1 em cada 6 europeus vive nestas regiões e aludindo à sua condição prévia de autarca, mencionou que, muitas vezes, “*o investimento público que existia nos municípios e nestas regiões mais desfavorecidas era, justamente, aquele que provinha dos Fundos de Coesão*”.

Nas suas palavras no hemiciclo, Fernando Ruas referiu ainda que a Política de Coesão deve estar assente num “*financiamento ambicioso*”, sem colocar em causa valores-*charneira* como o da solidariedade europeia, com o objectivo de reduzir disparidades económicas, sociais e territoriais, promovendo a convergência e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos europeus.

O Deputado Europeu contribuiu com cerca de um terço das emendas produzidas ao Relatório, entre as quais se destacam, “*a inclusão de um sistema de incentivos positivos e a criação de estratégias, programas e planos de acção específicos para estas regiões menos desenvolvidas, através de uma Governação participada e Multinível, de forma a estimular com maior eficácia o emprego, o crescimento e o desenvolvimento sustentável nestas Regiões*”. 



Fernando Ruas teve oportunidade de salientar a posição do Parlamento Europeu relativamente a estas Regiões, subdivididas pela Comissão Europeia em “*regiões com menos crescimento*” ou “*com menos rendimentos*” da UE, bem como a importância que a política de coesão assume enquanto pilar fundamental da União.

Carlos Coelho lança “Antecipar o Futuro 2” e debate Ciência com dirigentes estudantis

O segundo número da colecção “**Antecipar o Futuro**”, organizada por **Carlos Coelho**, foi lançado no dia 15 de Fevereiro, numa reunião de trabalho que juntou o Deputado ao Parlamento Europeu e representantes do movimento associativo estudantil nacional do ensino superior. O estudo “**Antecipar o Futuro 2 - Mais Dez Tecnologias que podem mudar as nossas vidas**” foi o ponto de partida para um debate que decorreu no Pólo 0 da Federação Académica do Porto e que contou, ainda, com a participação do Presidente do **Conselho Nacional da Juventude (CNJ)**.

Na intervenção em que apresentou este estudo, Carlos Coelho explorou os impactos das dez tecnologias que estão aprofundadas neste número, apresentou a rede EurocienciaPT e apontou questões de actualidade como a **negociação do próximo programa-quadro de apoio à Ciência**, tendo lançado o repto para as associações e federações académicas e de estudantes participarem no debate sobre o futuro do apoio à investigação. Questionado, no final da reunião, afirmou que “*depois de termos lançado a primeira edição da colecção «Antecipar o Futuro», criámos - com o Comissário Carlos Moedas - a rede EurocienciaPT, que reúne hoje mais de 80 cientistas portugueses, mas precisávamos colmatar uma falha: a ligação aos estudantes. Por isso, procurámos chamar os representantes do movimento associativo estudantil nacional para discutir formas de aproximar os estudantes do ensino superior da Ciência. Deste debate saíram ideias interessantes, mas sobretudo o compromisso de um trabalho em conjunto para, através da EurocienciaPT, melhorar a comunicação de Ciência em Portugal e, sobretudo, incrementar a qualidade da informação sobre as oportunidades no quadro da investigação científica a nível europeu.*”


O social-democrata acrescentou que “**o ano de 2018 é estruturante**. Por um lado, nas negociações para o próximo quadro financeiro plurianual, temos o desafio de defender o investimento em Ciência e Inovação na União Europeia. A construção de uma Europa do Conhecimento é fundamental, quando muitos dos desafios que se vão colocar às nossas socieda-



Deste debate, que decorreu no Pólo 0 da Federação Académica do Porto, saíram ideias interessantes, mas sobretudo o compromisso de um trabalho em conjunto para, através da EurocienciaPT, melhorar a comunicação de Ciência em Portugal e, sobretudo, incrementar a qualidade da informação sobre as oportunidades no quadro da investigação científica a nível europeu.



des, aos nossos Estados-Membros e à União como um todo são resultado de novas tecnologias que todos os dias surgem e cujos impactos temos de conseguir prever e, eventualmente, regular. Por outro lado, quando perspectivamos o próximo programa-quadro de apoio à Ciência, importa ter o valor acrescentado das

posições, não só de quem investiga e inova, mas também daqueles que serão os principais protagonistas - e são já hoje utilizadores - das novas tecnologias: os mais jovens e, de entre estes, os estudantes do ensino superior. Por isso é tão importante contar com a sensibilidade de quem os possa representar”. 

Paulo Rangel leva Comissário da Protecção Civil à Assembleia da República

O Comissário responsável pela Protecção Civil Europeia, Christos Stylianides -, esteve em Portugal num seminário organizado pelo European Ideas Network, o think tank que o deputado **Paulo Rangel** dirige, e pelo Instituto Francisco Sá Carneiro, em colaboração com o Grupo Parlamentar do PSD. Tratou-se da primeira visita de Stylianides desde que foi anunciada a criação da Força Europeia de Protecção Civil. O seminário teve lugar na Sala do Senado da Assembleia da República. Além de diversos especialistas nacionais e estrangeiros participaram no seminário a deputada chefe da delegação italiana do PPE, Elisabetta Gardini, relatora do Parlamento Europeu para o *“Mecanismo europeu de Protecção Civil”* e o Prof. Domingos Xavier Viegas, coordenador do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e relator do documento sobre os incêndios de Pedrogão. 



Cláudia Monteiro de Aguiar reúne com o novo Secretário-Geral da Organização Mundial de Turismo

A eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** reuniu, a 28 Fevereiro, em Bruxelas, com o Secretário-Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT), Zurab Pololikashvili, onde abordou os principais desafios e as **prioridades para o futuro do sector**. Este encontro insere-se no conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, onde se inclui a assinatura do Memorando de Entendimento para reforçar os laços de cooperação entre o Parlamento Europeu e a OMT.

Cláudia Monteiro de Aguiar considera este acto *“um passo fulcral para a partilha de conhecimento entre as duas instituições e tomada de iniciativas em prol do desenvolvimento deste sector que representa cerca de 10% da economia da União”*.


A deputada teve ainda a oportunidade

de reunir com os Membros do Manifesto para o Turismo - 40 associações do sector - e com o Secretário-geral da OMT onde destacou que, pela primeira vez o Grupo PPE, através de uma proposta sua, *“apoia a criação de uma linha de financiamento específica para o Turismo no próximo Quadro Financeiro Plurianual”* que poderá servir de alavanca para responder aos desafios das empresas do sector nomeadamente em temas como a digitalização e a formação e qualificação dos recursos humanos.

Ainda nesta reunião, o Secretário-Geral da OMT apresentou a intenção de criar um **hub** tecnológico para fomentar a criação de novos produtos, serviços e ideias. *“O compromisso de criar um hub para apoiar empreendedores de Turismo pode ser complementado, a nível europeu, com a aprovação da linha de financiamento para o Turismo, no próximo Quadro*

Financeiro Plurianual. Estamos perante a possibilidade de replicar modelos de sucesso que podem vir a tornar o Turismo Europeu mais forte e sustentável.”

Para celebrar o Dia Parlamentar do Ano de Turismo UE - China, Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu, em debate, a importância do estabelecimento de pontes com Países Terceiros, com o potencial que tem, por exemplo, a China. A Deputada destaca ainda que este reconhecimento tem que ser recíproco e deve facilitar também o acesso das empresas europeias ligadas ao Turismo ao mercado Chinês.”

Este conjunto de iniciativas contou ainda com a realização da Conferência sobre o Turismo de Saúde, realizada no âmbito da Comissão dos Transportes e Turismo, e com um Seminário sobre as iniciativas a levar a cabo no Ano Europeu Turismo UE - China. 

José Manuel Fernandes nomeado relator do Fundo de Solidariedade para as zonas afetadas pelos incêndios em Portugal

José Manuel Fernandes, foi nomeado relator para a **mobilização do Fundo de Solidariedade** da União Europeia para apoio às **populações afetadas pelos incêndios em Portugal em 2017**. Do mesmo relatório, fazem parte a França, a Espanha e a Grécia por catástrofes naturais ocorridas durante o ano de 2017.

Portugal irá receber mais de 50 milhões de euros para apoiar as populações e as regiões afetadas pelos incêndios, depois da destruição dos incêndios florestais de 2017 que causaram prejuízos avaliados em 1458 milhões de euros e uma área ardida superior a 400 mil hectares. O Eurodeputado, José Manuel Fernandes propõe **"a máxima celeridade para a mobilização do fundo para que o dinheiro chegue rapidamente às populações e se acelere o processo de construção das áreas devastadas"**.

O Deputado pretende que haja rapidez no processo no Parlamento, **"especialmente considerando que o Governo português demorou cerca de 6 meses a concluir o pedido, atrasando o processo"**, refere. No relatório, José Manuel Fernandes pede ainda que a **Comissão Europeia aprove rapidamente as reprogramações dos fundos** que os Estados-Membros pretendam apresentar. Portugal tem disponíveis no Portugal 2020 mais de 20 mil milhões de euros dos 26 mil milhões inicialmente disponíveis.

O Governo tem o dever de reprogramar os fundos do Portugal 2020 para apoiar todas as regiões e populações afetadas pelos incêndios e em simultâneo executar investimentos, nas zonas de risco, que contribuam para a prevenção. O Deputado insiste ainda na necessidade de equidade e justiça na aplicação destes fundos de forma a que cheguem a todas as pessoas que foram atingidas pela tragédia.

O **Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)** foi criado em 2002 com o objetivo de prestar auxílio aos países da União Europeia, e países cuja adesão esteja em nego-




José Manuel Fernandes pretende que haja rapidez no processo no Parlamento, "especialmente considerando que o Governo português demorou cerca de 6 meses a concluir o pedido, atrasando o processo"

ciação, afetados por grandes catástrofes naturais, com graves repercussões nas condições de vida dos cidadãos.

Para a aplicabilidade deste fundo, estão abrangidas catástrofes naturais consideradas de **"grandes proporções"**, em que o valor dos prejuízos tenham um alcance nacional, mas também para catástrofes consideradas **"regionais"**, em situações em que os prejuízos afetem a maior parte da população da região e tenham repercussões

graves e prolongadas nas suas condições de vida e estabilidade económica, mesmo que o limiar nacional aplicável não tenha sido atingido.

O valor de apoio atribuído é calculado como uma percentagem do valor de prejuízos estimados, provocados pelas catástrofes naturais. Desde a sua criação, em 2002, Portugal já recebeu 83,7 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia. 

Cláudia Monteiro de Aguiar apela a acção concreta da Comissão e Conselho sobre financiamento para o Turismo



O Parlamento Europeu reunido em Estrasburgo aprovou, a 13 de Março, a posição dos Deputados sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual pós-2020. Com 458 votos a favor, 177 contra e 62 abstenções, o Parlamento envia uma mensagem clara à Comissão Europeia e ao Conselho sobre quais as prioridades que pretende ver vertidas no próximo Quadro Financeiro Plurianual pós-2020.


No debate em Plenário, considerado por todos os grupos políticos como o debate mais importante do mandato, **Cláudia Monteiro de Aguiar** defendeu a criação de uma *“linha orçamental dedicada ao Turismo e que a apresentação da mesma pela Comissão dos Trans-*

portes e Turismo é já uma vitória para o sector”.

A Deputada recorda que no relatório aprovado em Outubro de 2015, no qual foi co-relatora, intitulado **Novos desafios e ideias para o fomento do Turismo na Europa** apresentou a presente proposta e que ao logo do seu mandato tem defendido na Comissão de Transportes e Turismo *“a criação desta linha orçamental que servirá para preparar o sector e ajudar as empresas a se adaptarem aos desafios futuros, nomeadamente a digitalização, a qualificação dos recursos humanos e para a promoção e crescimento sustentável dos destinos”.*

A Deputada exortou ainda a Comissão

Europeia para que *“acompanhe a vontade do Parlamento Europeu e apoie esta medida concreta refletindo o valor que o sector do turismo representa para a economia da UE28: terceira actividade económica da União, que emprega um total de 17 milhões de pessoas e que contribui para cerca de 10% do PIB da UE”.*

Cláudia Monteiro de Aguiar espera agora que, em Maio, na apresentação das prioridades da Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual estes compromissos sejam incluídos na proposta da Comissão e espera que o Conselho, em geral os Estados-Membros e em particular Portugal, acompanhem a vontade dos deputados, representantes dos cidadãos da União. 

Sofia Ribeiro desafia Comissário a juntar-se à posição do Parlamento Europeu



A Eurodeputada **Sofia Ribeiro**, responsável pela posição da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu sobre o Quadro Financeiro Plurianual pós-2020, desafiou o Comissário dos Orçamentos da Comissão Europeia, Günther Oettinger, a desistir dos cortes nos fundos para a Agricultura e da Coesão, juntando-se assim à posição do Parlamento Europeu, de modo a que, em conjunto, consigam convencer o Conselho da importância dos mesmos. O debate sobre o Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 decorreu terça-feira, 13 de março, no âmbito da sessão plenária em Estrasburgo, tendo a Deputada defendido inclusivamente um aumento do envelope financeiro da Política Agrícola Comum (PAC) e do POSEI, essencial para os Açores, bem como o restabelecimento do POSEI Pescas.


Na sua intervenção, Sofia Ribeiro reforçou, junto do Comissário a posição do Parlamento

Europeu sobre o financiamento pós-2020, tendo defendido ser *“clara a posição dos deputados da agricultura e dos orçamentos no aumento ou pelo menos a manutenção ao seu nível atual do envelope financeiro da PAC, de modo a que esta continue a ser um dos grandes pilares do projeto europeu, sem cofinanciamentos nacionais no primeiro pilar e sem quaisquer tentativas de renacionalização da mesma”*.

“É clara a posição do Parlamento Europeu no aumento do envelope financeiro do programa POSEI, que garante a sustentabilidade da produção agrícola nas Regiões Ultraperiféricas e que necessita de ser reforçado a fim de dar resposta aos enormes desafios que se lhes colocam; e é também clara a necessidade de voltarmos a ter um POSEI-PESCAS autónomo e independente do FEAMP”; realçou. Recorde-se que recentemente, numa iniciativa liderada

por Sofia Ribeiro, a Comissão dos Orçamentos aprovou uma proposta sua de restabelecimento do POSEI Pescas.

Apesar destes sinais em quase unísono do Parlamento Europeu, Sofia Ribeiro afirmou que o Comissário Oettinger *“continua a acenar com cortes nos fundos europeus para a agricultura”*. *“Os agricultores europeus sofrem desde 2014 com as decisões diplomáticas da Comissão que resultaram num embargo russo aos nossos produtos agrícolas – e agora a Comissão quer voltar a penalizá-los. Oiça o Parlamento Europeu e junte-se a nós para convenceremos o Conselho”*, desafiou Sofia Ribeiro.

No dia seguinte, 14 de março, a Eurodeputada via o Parlamento Europeu aprovar o documento que expressa a posição desta instituição quanto ao Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 e que inclui a posição de Sofia Ribeiro. 

Temos de garantir os direitos dos cidadãos europeus no Reino Unido

O Parlamento Europeu discutiu as orientações para o quadro das futuras relações UE-Reino Unido.


Carlos Coelho começou por lembrar que **“a defesa dos direitos dos cidadãos europeus tem de ser sempre o foco da nossa acção. É com esse objectivo em mente que devem decorrer as negociações do Brexit. É urgente garantir os direitos de todos os cidadãos europeus no Reino Unido, durante o período de transição e uma vez este terminado. E essa garantia tem de ser conferida desde já, em qualquer acordo sobre os termos da saída.”**

O Deputado ao Parlamento Europeu notou que **“parece haver alguma abertura do governo britânico para garantir os direitos de todos os cidadãos europeus que possam chegar até 29 de Março de 2019, mas não têm havido compromissos concretos na negociação”**.


O Deputado social-democrata concluiu deixando um alerta: **“o brexit permanece uma saída e não uma simples mudança de**



estatuto. No final deste processo seremos 27 Estados-Membros e o Reino Unido um Estado terceiro. Por isso, no período de transição ou no fim deste, há outros valores inegociáveis: e a integridade do mercado interno, onde se in-

clui a liberdade de circulação, é o primeiro. As consequências desta saída serão, inevitavelmente, sempre desastrosas para os cidadãos, evitemos torná-las piores por falta de clareza ou determinação”. 

Manfred Weber e Paulo Rangel patrocinaam seminário sobre segurança e defesa

Teve lugar no passado dia 1 de Março mais um seminário do European Ideas Network (EIN), desta vez sobre segurança e defesa. Foram oradores do seminário, um especialista em segurança e psicologia da polícia alemã e o Dr. Markus Popp, da Universidade de Munique. O seminário foi uma iniciativa conjunta do deputado Paulo Rangel e do presidente do Grupo PPE no Parlamento Europeu, Manfred Weber. 



Carlos Coelho vota contra relatório que prejudica consumidores portugueses

A Comissão de Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) do Parlamento Europeu aprovou, em 22 de Fevereiro de 2018, uma proposta de relatório que pretende alterar algumas **regras de protecção dos consumidores** em alguns contratos de compra e venda online. Este relatório tem, ainda, de ser votado em reunião plenária do Parlamento Europeu.

Carlos Coelho, que é membro da Comissão IMCO, **votou contra** a proposta de relatório. O Deputado social-democrata justificou esta decisão com o potencial prejuízo para os consumidores portugueses, tendo declarado que *“não podia deixar passar disposições que podem, potencialmente, prejudicar os direitos adquiridos dos consumidores em Portugal, nomeadamente no que diz respeito a prazos de garantia e ao conjunto de soluções disponíveis ao consumidor em caso de desconformidade do bem com o contrato”*.


Carlos Coelho afirmou que *“este relatório prevê um prazo de garantia de um ano para casos de desconformidade do bem com as condições do contrato de compra e venda. Ora, em Portugal o prazo em que o ónus de provar a desconformidade com o contrato está no vendedor é, em regra, de dois anos. Aceitar uma harmonização dos prazos de garantia com a referência a um ano é abrir portas à redução da protecção dos consumidores em Portugal e, acrescente-se, em França, que tem o mesmo prazo de dois anos. Esta é uma das linhas vermelhas que me levaram a votar contra a proposta”*.

O Eurodeputado do PPE acrescentou ainda que *“outra das propostas que me levaram a decidir pelo voto contra é a redução, na prática, do espaço de liberdade de escolha dos consumidores em caso de desconformidade do bem adquirido com o contrato celebrado. Actualmente, em Portugal, podemos escolher entre quatro soluções, sem encargos: a reparação, a substituição, a redução adequada do preço ou mesmo a resolução do contrato. A proposta aprovada na Comissão IMCO hierarquiza estas situações e torna mais complexo o processo. Abrir por-*



Carlos Coelho afirmou que “este relatório prevê um prazo de garantia de um ano para casos de desconformidade do bem com as condições do contrato de compra e venda. Ora, em Portugal o prazo em que o ónus de provar a desconformidade com o contrato está no vendedor é, em regra, de dois anos...”

tas à redução da liberdade de escolha - em Portugal, mas também na Grécia, na Letónia e na Eslovénia - é, para mim, outra linha vermelha que não ultrapasso e que me levou a votar contra a proposta”.

Este relatório foi aprovado em sede de Comissão Parlamentar, tendo ainda de ser votado em sessão plenária do Parlamento Europeu para tornar-se uma resolução do Parlamento Europeu e ser aprovado como acto legislativo. 

Parlamento Europeu aprova a sua posição relativa ao próximo Quadro Financeiro Plurianual

No dia 14 de Março, o Parlamento Europeu aprovou a sua posição para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), uma posição que, de acordo com **José Manuel Fernandes**, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, “é excelente para Portugal”.


O Quadro Financeiro Plurianual fixa os limites dos orçamentos anuais da União Europeia e determina, para cada ano, os montantes que a UE dispõe para cada um dos seus domínios de ação, de acordo com as prioridades definidas, para um período de, habitualmente, sete anos.

Na proposta defende-se uma duração de 7 anos (2021/2027) para o próximo QFP e o **aumento do orçamento de 1% para 1,3%** do rendimento nacional bruto da União, pretendendo, desta forma, fazer face à diminuição das receitas decorrentes do “Brexit” e garantir receitas suficientes para todas as prioridades definidas pela UE. **“Queremos um QFP que esteja à altura dos anseios e preocupações**

dos cidadãos da UE, e que seja uma demonstração de solidariedade e de disponibilidade da UE para o reforço da competitividade, sustentabilidade e da coesão social económica e territorial”, referiu José Manuel Fernandes. O Parlamento propõe a **manutenção dos envelopes da Política de Coesão e da Política Agrícola Comum (PAC), reforça os envelopes do Erasmus+ e da Iniciativa Emprego Jovem**, propõe novas iniciativas como o Interrail para quem faça 18 anos, novas linhas como a linha do turismo, e reforça o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

A linha específica para o turismo, integrada no documento por iniciativa do deputado português do PSD, pretende incentivar uma **verdadeira política europeia de turismo**. **“Para Portugal é extremamente positivo e útil que exista um programa de turismo que combata a sazonalidade, ajudando à inovação e promovendo outros tipos de turismo, como o turismo religioso ou o turismo ecológico**”, explica José Manuel Fernandes.

Relativamente ao reforço do Mecanismo de Proteção Civil, José Manuel Fernandes garante que se trata de **“uma prova concreta da solidariedade da União Europeia”**. **Pretendemos que situações como as do verão deste ano não voltem a acontecer, e só o conseguiremos se tivermos uma força de Proteção Civil da UE integrada, com recursos suficientes**”, disse.

Enquanto coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, a Comissão responsável por este relatório, José Manuel Fernandes afirma: **“Conseguimos alcançar uma maioria muito confortável no Parlamento que nos ajuda a defender as propostas na negociação com o Conselho e com a Comissão, com o objetivo de garantir um excelente Quadro Financeiro Plurianual para os cidadãos da União Europeia. Para além disso, todos os interesses e prioridades de Portugal estão garantidos nesta proposta e por isso espero que António Costa a defenda e convença os seus pares no Conselho”**. 

POSEI Pescas aprovado em relatório da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu


Sofia Ribeiro viu a Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, responsável máxima pela posição do Parlamento Europeu sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (pós2020), aprovar o **restabelecimento do POSEI Pescas e o aumento do envelope financeiro do POSEI Agricultura**. Depois do relatório da autoria da Eurodeputada ser aprovado na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, as principais medidas para o futuro orçamento da Política Agrícola Comum (PAC), onde se inclui o aumento do envelope financeiro do POSEI Agricultura, não só estão como posição da Comissão de Agricultura, como também foram integradas no relatório base da Comissão dos Orçamentos, num processo negocial muito intenso e que pretendeu salvaguardar quer a posição da Agricultura Europeia, quer as necessidades do sector agrícola nos Açores.

“As necessidades dos Açores e dos nossos agricultores, nomeadamente o aumento do

envelope financeiro do POSEI, da importância da regulação das relações ao longo da Cadeia de Abastecimento Alimentar, o combate às práticas comerciais desleais, a necessidade de criação de envelopes financeiros complementares à PAC, de combate às diversas crises cíclicas do sector agrícola, entre outros, estão nitidamente expressas neste relatório que defende a enorme importância da PAC para responder aos contínuos desafios impostos pelas sucessivas reformas, oferecendo aos consumidores europeus produtos agrícolas de elevada qualidade a preços acessíveis”, referiu Sofia Ribeiro.

“Por outro lado, este também era um momento muito importante para que noutras áreas conseguíssemos salvaguardar os interesses dos Açores e foi o que fiz no caso do sector das Pescas, apresentando uma alteração ao documento em que solicitei o restabelecimento do POSEI Pescas, tendo sido aprovado. Iniciei este processo, reunindo os consensos do meu colega da Ca-

nárias e coordenador do PPE da Comissão das Pescas, Gabriel Mato, que desde a primeira hora apoiou a minha iniciativa, bem como da minha colega Cláudia Monteiro de Aguiar (Madeira), e de Maurice Ponga (RUP's francesas), e que felizmente recolheu o apoio da larga maioria dos Deputados da Comissão de Orçamentos”, afirmou Sofia Ribeiro.

Para um Eurodeputado fazer alterações num documento, explicou a social-democrata, esse Deputado tem de ser membro da Comissão responsável por esse mesmo documento. **“Neste caso, ninguém das RUP apresentou a proposta de restabelecimento do POSEI Pescas no respetivo relatório da Comissão das Pescas, situação que foi corrigida por mim e com grande apoio do coordenador da Comissão dos Orçamentos, o Eurodeputado José Manuel Fernandes, conseguimos assegurar esta medida muito importante para os pescadores dos Açores”**, realçou Sofia Ribeiro. 

Fernando Ruas apela a uma solução urgente para a Venezuela

Na sequência da proposta de resolução comum sobre a situação de crise política, económica e social que se vive na Venezuela, votada por larga maioria no passado mês de fevereiro, em Estrasburgo, **Fernando Ruas** interveio na Sessão Plenária para lamentar, profundamente, a decisão unilateral da Assembleia Nacional Constituinte - não reconhecida nem internacionalmente nem pela UE, de convocar eleições presidenciais antecipadas antes do final de abril de 2018.

Nas palavras do parlamentar, *“a coexistência de duas Câmaras Legislativas é também um factor de forte instabilidade, fazendo lembrar outros momentos históricos mundiais de forte insurreição social e mesmo de guerra civil”*. Nessa qualidade, lançou um apelo ao reconhecimento por parte do Governo Venezuelano da legitimidade da Assembleia Nacional como única Câmara Legislativa.

Fernando Ruas realçou ainda o facto de *“o ano passado o Parlamento Europeu ter atribuído o prémio Sakharov à oposição venezuelana, pese embora de lá para cá, continuemos a assistir a um agravamento da situação política, social e económica neste país, que já desencadeou uma crise humanitária e de carestia alimentar junto dos grupos socialmente mais vulneráveis e, em particular, as crianças”*.

O parlamentar europeu sublinhou ainda que *“a emigração económica em massa para os países vizinhos, particularmente para a Colômbia e Brasil tem pressionado fortemente as comunidades, as administrações e a economia das zonas fronteiriças desses países”*, pelo que a União Europeia deverá acompanhar de perto estes desenvolvimentos.


Atenta essa circunstância, o Deputado Europeu não quis perder a oportunidade de deixar uma palavra de *“profunda solidariedade à forte comunidade imigrante e expatriada de cidadãos europeus que vivem e trabalham neste país - na qual se inclui uma significativa comunidade portuguesa - a qual tem sentido bastantes dificuldades na sua vida quotidiana, nomeadamente*



Fernando Ruas realçou ainda o facto de “o ano passado o Parlamento Europeu ter atribuído o prémio Sakharov à oposição venezuelana, pese embora de lá para cá, continuemos a assistir a um agravamento da situação política, social e económica neste país, que já desencadeou uma crise humanitária e de carestia alimentar junto dos grupos socialmente mais vulneráveis e, em particular, as crianças”

em termos de segurança e de acesso a bens alimentares, medicamentos e cuidados de saúde”.

Por último, lançou o repto à nova Embaixadora da União Europeia - a portuguesa Isabel

Pedrosa e à Alta Representante Federica Mogherini, de manterem firme o compromisso da UE fazer tudo quanto seja possível para ajudar todos aqueles que acreditam no futuro desse grande País. 

Carlos Coelho condena o ataque de Salisbury e aponta o dedo à Rússia de Putin

No passado dia 4 de Março, **Sergei Skripal** e a sua filha, **Yulia**, foram encontrados inconscientes num banco de jardim, em Salisbury, no Reino Unido. Skripal é um antigo agente dos serviços secretos russos. As autoridades britânicas identificaram a utilização de um agente nervoso (derivado do Novichok) para o envenenamento dos Skripal e indicaram que 38 outras pessoas foram afectadas pelo químico, numa avaliação provisória do impacto.

Carlos Coelho reagiu às notícias que têm sido veiculadas sobre os acontecimentos, declarando que **“o caso de Skripal não é novo. O envenenamento de Alexander Litvinenko, também no Reino Unido, em 2006, ainda está presente nas nossas memórias. Assim como está o homicídio de Anna Politkovskaia, em Moscovo, também em 2006. O que tinham em comum? A oposição ao governo de Vladimir Putin. Dois exemplos que se somam a tantos outros nomes como Boris Berezovsky, que foi encontrado morto em sua casa, no Reino Unido, em 2013. Mas também em solo russo contam-se histórias como as de Boris Nemtsov, assassinado a tiro em frente ao Kremlin ou como Natalia Estemirova, jornalista que foi raptada, assassinada e cujo corpo foi encontrado no meio de um bosque, em 2009. Há um padrão que encontramos em políticos e jornalistas que se opõem ao regime de Putin e que, com infeliz frequência, aparecem mortos em circunstâncias que nunca chegam a ser totalmente esclarecidas.”**

O Deputado ao Parlamento Europeu recordou que **“este caso, no entanto, tem uma característica particularmente grave: trata-se da primeira vez, desde o fim da II Guerra Mundial, em que são utilizadas armas químicas em território europeu. Em 70 anos nunca havíamos assistido a um ataque químico e hoje, em pleno ano de 2018, estamos a falar de 40 pessoas afectadas por um agente nervoso. A situação é demasiado grave para ser ignorada e a União Europeia tem de ir além da natural solidariedade para com o Reino Unido e ser firme na defesa da segurança dos seus cidadãos.”**


Questionado sobre o envolvimento do governo russo, que o governo britânico assegura ser real, Carlos Coelho afirmou que **“a confirmar-se, trata-se de uma violação muito**



grave do Direito Internacional e, em particular, da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas e sobre a sua Destruição. E trata-se de um atentado flagrante à integridade, à segurança e à soberania do Reino Unido, Estado-Membro de pleno direito da União Europeia e um dos aliados da NATO. Este episódio não é um regresso à Guerra Fria, mas uma verdadeira crise. Uma crise que é mais que diplomática. **É uma crise de segurança”.**

O social-democrata referiu-se ainda às eleições presidenciais russas do passado dia 18 de Março, referindo que **“a credibilidade de umas eleições em que o principal opositor de Putin - Alexei Navalny - é impedido de concorrer, em que assistimos a detenções de opositores e em que há apreensão de material de campanha dos movimentos da oposição está manifestamente prejudicada. Chegam-nos relatos de manipulação clara, como o transporte de eleitores, o depósito de boletins falsos nas urnas, a distribuição de cupões de descontos para os votantes e outros episódios semelhantes. Tudo isto é grave, mas não surpreende. Mas a verdade é esta: a eleição já estava enviesada e decidida antes mesmo de**

começar. O que se passou durante o dia acrescentou-se a uma estratégia que já assegurava uma reeleição que não foi colocada em causa em momento algum”.

Sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a Rússia, Carlos Coelho afirmou que **“há um clima de crispação entre a União e a Rússia que se tem agravado. O episódio de Skripal vem agravar relações que já estão prejudicadas por questões da maior relevância e que vão da anexação ilegal da Crimeia e Sebastopol, na Ucrânia à violação flagrante dos direitos humanos no país e nos territórios ocupados. Há ainda as suspeitas de interferência do regime de Putin em eleições nos Estados-Membros, como em França, ou em referendos como aquele que levou ao despoletar do Brexit. Tudo isto apenas para referir o que se passa em solo europeu, porque a intervenção militar na Síria levantaria outro debate sobre o compromisso da Rússia de Putin com a procura da Paz na região, com a desnuclearização, com a desmilitarização do Leste europeu e com as principais questões de segurança mundial. Não antevejo um diálogo sério e consequente a partir daqui e durante este novo consulado de Putin, que se alargará por, pelo menos, mais seis anos.”** 

José Manuel Fernandes apresenta oitava edição da publicação “Pela Nossa Terra – Minho 2018”

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** apresentou, pelo oitavo ano consecutivo, a publicação “*Pela Nossa Terra - Minho 2018*”, no passado dia 9 de Março, no Auditório do Hospital S. José, em Arcos de Valdevez.

Com a participação de mais de 200 pessoas, o evento contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves, do Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, e do Líder do Partido Social Democrata, Rui Rio.

O reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, assumiu a apresentação da obra, com cerca de 280 páginas e cujo conteúdo apresenta informação sobre a atualidade da União Europeia e diversos aspetos da realidade regional, incluindo os municípios e as freguesias dos distritos de Braga e Viana do Castelo.

Na publicação, José Manuel Fernandes deixa um desafio aos leitores para “*uma reflexão*” sobre o contexto da UE neste mundo global e os cinco cenários apontados pela Comissão Europeia presidida por Jean-Claude Juncker para o futuro desta construção europeia, com 27 Estados-Membros, face à saída do Reino Unido.

Como coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, o autor partilha as “*preocupações e expectativas quanto ao futuro financiamento da União Europeia*”, numa altura em que as instituições europeias estão a trabalhar na definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual – Fundos e Programas pós-2020.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), o chamado “*Plano Juncker*” – para o qual o eurodeputado cumpriu a função de negociador do Parlamento Europeu –, merece uma referência especial nesta publicação, com “*informação sobre este instrumento que se tem revelado um verdadeiro sucesso para a di-*



Na publicação, José Manuel Fernandes deixa um desafio aos leitores para “*uma reflexão*” sobre o contexto da UE neste mundo global e os cinco cenários apontados pela Comissão Europeia presidida por Jean-Claude Juncker para o futuro desta construção europeia, com 27 Estados-Membros, face à saída do Reino Unido.


namização da economia europeia e que representa uma oportunidade para Portugal”.

Como explica José Manuel Fernandes na introdução da obra, trata-se de uma iniciativa enquadrada no “*compromisso de proximidade, de defensor e promotor da região, enquanto deputado ao Parlamento Europeu*”.

“*Como sempre, procuro incentivar à reflexão e ao debate, abordando a realidade regional e europeia onde estamos integrados*”, justifica o eurodeputado.

Na abordagem à região, José Manuel Fernandes volta a evidenciar as preocupações com a evolução negativa da demografia, tanto ao nível de nascimentos como do saldo migratório, com impacto transversal nos municípios.

Como aconteceu já nas edições anteriores, a obra “*Pela Nossa Terra – Minho 2018*” dedica espaço aos autarcas da região, incluindo presidentes de Câmara e Assembleia Municipal, vereadores e todos os presidentes de Junta eleitos em 2017 nas freguesias dos distritos de Braga e Viana do Castelo.

O Presidente do Partido Social Democrata, **Dr. Rui Rio** destacou o valor da publicação e a importância da UE para Portugal. Realçou ainda a necessidade de se **reforçar, em Portugal, a coesão económica, social e territorial** e de se avançar para uma verdadeira descentralização. Acentuou que defenderá sempre e em primeiro lugar o interesse nacional e por isso, relativamente aos fundos pós 2020, pretende ajudar Portugal a garantir o máximo para a Política de Coesão e Política Agrícola Comum. 

Sofia Ribeiro defende

“estabilidade, previsibilidade e justas remunerações” na reforma da PAC

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** alertou para as prioridades que devem ser estabelecidas na reforma da Política Agrícola Comum (PAC), dia 12 de março, numa reunião da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Estrasburgo. Em cima da mesa estava a discussão do relatório sobre o futuro da alimentação e da agricultura.

Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção afirmando que a PAC não pode descurar *“a necessidade de exportação dos nossos produtos agrícolas”* devendo *“também primar pela justa remuneração dos agricultores, pela autossuficiência alimentar, pela coesão social, ambiental, cultural e de território, permitindo a manutenção da atividade agrícola em todas as regiões europeias”*.

“É fundamental procedermos, gradualmente a um nível ótimo de convergência dos pagamentos diretos entre Estados-Membros”, realçou a Deputada açoriana, explicando que *“os agricultores europeus não percebem a enorme diferença de apoios no primeiro pilar entre Estados-Membros ricos e os menos ricos”*. *“A possível substituição do critério histórico na atribuição dos apoios deve ser muito bem estudada e apenas com recurso a um regime de transição”*, acrescentou.

Sofia Ribeiro recordou aos Membros da Comissão da Agricultura que deve ser dada a *“possibilidade de uma retirada digna do setor dos agricultores menos jovens, promovendo a entrada dos mais jovens”*, bem como a necessidade de terminar com a reserva de crise, que cria sempre *“alguma incerteza junto de agricultores, substituindo-a por pacotes de emergência fora do primeiro e do segundo pilares, especialmente no sector do leite e lacticínios”*.



Sofia Ribeiro recordou aos Membros da Comissão da Agricultura que deve ser dada a *“possibilidade de uma retirada digna do setor dos agricultores menos jovens, promovendo a entrada dos mais jovens”*

A Eurodeputada defendeu também que deve continuar a ser dada flexibilidade aos Estados-Membros quanto à utilização de pagamentos ligados e que os produtos agrícolas de países terceiros só devem entrar no mercado europeu se tiverem modos de produção equivalentes aos da União.

Sofia Ribeiro lamentou a ausência da referência do POSEI no relatório em discussão, sugerindo que se aproveitassem *“os excelentes resultados alcançados na votação da Comissão da Agricultura sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual – que insistiu no aumento do*

envelope financeiro da PAC e do POSEI; bem como no relatório da Comissão dos Orçamentos – que defendeu todas as nossas ideias e que esperamos venha a ser aprovado por uma larga maioria na sessão plenária da próxima quarta-feira”.

Ao terminar a intervenção, a Eurodeputada afirmou que *“a PAC não precisa de muitas alterações”*. *“Precisa de estabilidade, previsibilidade, justas remunerações, fair play ao longo da cadeia alimentar, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, simplificação e redução da carga administrativa”*, realçou Sofia Ribeiro. 